

As escadas da vida

Quem sobe as escadas da vida esquece os degraus por onde passa

LUIS STAU MONTEIRO

Numa intervenção recente, o Ministro Paulo Portas exaltou o facto de os fluxos migratórios para o nosso país terem diminuído durante a presente legislatura. Demarcando-se da política de maior abertura praticada pelo governo socialista, o ministro defendeu que, em tempos de crise os empregos disponíveis deveriam ser prioritariamente atribuídos a cidadãos nacionais. Não se pode dizer que o discurso surpreenda, pois é coerente com a linha nacionalista assumida há muito pelo actual Ministro da Defesa. Mas não deixa de ser triste que, num país onde durante décadas a emigração foi tábua de salvação para tantas famílias, um membro do governo se dê ao luxo de proferir tal discurso.

O facto é tanto mais grave quanto nesta altura se impunha, precisamente, uma pedagogia no sentido contrário. Nunca, na nossa história recente, Portugal teve tantos imigrantes como hoje e, por isso, nunca antes esteve tão vulnerável às tensões sociais que normalmente emergem em países de acolhimento durante as fases mais negras do ciclo económico. Nesta conjuntura, o que se exigia do Governo era tudo menos atihar as massas.

Independentemente do senso político, uma questão que se pode colocar é se, do ponto de vista económico, a imigração é benéfica ou prejudicial. Como tudo em Economia, a resposta certa é: “depende”. Se porventura as fronteiras fossem totalmente abertas, possivelmente isso levaria a um aumento drástico da população residente, com consequentes estrangulamentos na oferta de serviços públicos essenciais, como a segurança, a administração da justiça e o ordenamento do território. Eventualmente, os imigrantes agrupar-se-iam em guetos etnicamente demarcadas, a criminalidade aumentaria e o capital migraria para outras paragens, lançando o país numa armadilha de pobreza.

Mas em geral, quando a política de imigração é bem conduzida, o efeito no bem estar social é positivo. Numa perspectiva de longo prazo, isto é, ignorando as questões de carácter cíclico, é fácil entender que imigração resulte em benefícios para o país de acolhimento. Em primeiro lugar, há efeitos na estrutura demográfica. Como quem migra em geral são pessoas aptas a trabalhar, a migração resulta num envelhecimento da população nos países de origem e num aumento da população activa nos países de acolhimento. Se a comunidade imigrante desconta para a segurança social, isso significa que o esforço pedido aos trabalhadores (sob a forma de impostos) para educar os mais jovens e sustentar os reformados diminui. Numa altura em que a Segurança Social procura mudar de uma lógica re-distributiva para uma lógica de capitalização, uma política de imigração bem sucedida pode proporcionar uma forma eficaz de

gerir a transição. A alternativa muitas vezes avançada, de promoção da natalidade, além de persistir num raciocínio de pirâmide que já provou não ser sustentável, é ecologicamente pouco pertinente.

Um aspecto que não deve ser negligenciado tem a ver com os efeitos externos associados ao investimento em educação. Em geral, a migração resulta numa apropriação, pelo país de acolhimento, dos benefícios decorrentes dos investimentos em educação suportados pelos países de origem. Portugal, onde os níveis de qualificação dos trabalhadores são extremamente baixos, tem muito a ganhar por essa via. Que o digam aqueles que empregam imigrantes oriundos de países da Europa de Leste. Em geral, a imigração, resultando num encontro de culturas, promove a troca de ideias e a difusão do conhecimento. Nessa dimensão, a imigração funciona como a abertura ao comércio, só que dentro das fronteiras geográficas.

O assunto é mais sensível quando existe desemprego. Não é por acaso que a tese nacionalista de que os "imigrantes roubam empregos" se torna tão popular em períodos de recessão. Mas essa tese constitui uma visão muito simplista do problema. Se os trabalhadores portugueses forem preteridos porque ganham demais face ao seu desempenho, então a imigração cria um elemento de disciplina, incentivando o esforço, a aquisição de competências e a polivalência. É importante notar que, estando Portugal integrado na Economia Global, se tal competição não se der no mercado de trabalho, far-se-á necessariamente sentir no mercado do produto.

Mas nem sempre a concorrência dos imigrantes é salutar. Como os imigrantes são, em geral, socialmente mais vulneráveis, têm à partida maior disponibilidade para trabalhar em regime informal ou à margem da Lei. Na medida em que não paguem impostos ou aceitem executar tarefas de risco sem respeitar normas de segurança, os imigrantes constituem uma "concorrência desleal". Mas nesse caso, cabe às autoridades efectuar a fiscalização, punir exemplarmente as empresas que explorem essa via e acompanhar a comunidade emigrante, protegendo-a de abusos. Infelizmente, a Lei da Emigração aprovada por este Governo, ao facilitar a expulsão dos imigrantes que perdem o emprego, agrava a assimetria das relações de trabalho. Tornando os imigrantes mais vulneráveis, a Lei incentiva a ilegalidade, em vez de a combater. Por outro lado, ao induzir uma rotação acrescida da comunidade imigrante, a Lei agrava os problemas de integração, em vez de os mitigar. Acresce que os países europeus onde os políticos mais cederam às tentações populistas foram também aqueles onde subsequentemente se registaram maiores tensões sociais. Em Portugal, a ver vamos.

Miguel Lebre de Freitas

Departamento de Economia da Universidade de Aveiro